

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Para bióloga, pode haver relação com a tragédia de Mariana	2
Título: Mais economia e menos fantasia	3
Título: Renova fecha acordo de venda de parques eólicos	5

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Metrópole****Autor: Lígia Formenti****Título: Para bióloga, pode haver relação com a tragédia de Mariana**

Pesquisadora observa que cidades com casos estão na rota de rejeitos e destaca mudanças ambientais bruscas

O aumento de casos suspeitos de febre amarela em Minas pode estar relacionado à tragédia de Mariana, em 2015, segundo a bióloga da Fiocruz Márcia Chame. A hipótese tem como ponto de partida a localização das cidades mineiras que identificaram até o momento casos de pacientes com sintomas da doença. Grande parte está na região próxima do Rio Doce, afetado pelo rompimento da Barragem de Fundão, em novembro de 2015.

"Mudanças bruscas no ambiente provocam impacto na saúde dos animais, incluindo macacos. Com o estresse de desastres, com a falta de alimentos, eles se tornam mais suscetíveis a doenças, incluindo a febre amarela", afirmou a bióloga, que também coordena a Plataforma Institucional de Biodiversidade e Saúde Silvestre na Fiocruz. "Isso pode ser um dos motivos que contribuíram para os casos. Não o único", completa. Márcia observa que essa região do Estado já apresentava um impacto ambiental importante, provocado pela mineração. "É um conjunto de coisas que vão se acumulando", disse.

Além dos casos em Minas, foram notificadas também mortes de macacos na região próxima da cidade capixaba de Colatina, também afetada pelos reflexos do acidente de Mariana. Não há ainda comprovação de que os macacos dessa área morreram por febre amarela. Técnicos estão no local para investigar as causas dos óbitos. O Espírito Santo integra atualmente o grupo de 8 Estados que são considerados livres de risco para a febre amarela.

Márcia afirma que os episódios deste ano se assemelham aos que foram registrados em 2009, quando um surto de febre amarela foi identificado no Rio Grande do Sul, área que por mais de 50 anos foi considerada livre da doença. "Ambientes naturais estão sendo destruídos. No passado, o ciclo de febre amarela era mantido na floresta. Com a degradação do meio ambiente, animais acabam também ficando mais próximos do homem, aumentando os riscos de contaminação."

Na floresta, o vetor da febre amarela é o inseto *Haemagogus*. Ao picar um macaco contaminado, o mosquito recebe o vírus e, por sua vez, passa a transmiti-lo nas próximas picadas. Quando um homem sem estar vacinado entra nesse ambiente, ele também pode fazer parte do ciclo: transmitir ou ser

infectado pela picada do mosquito. Essa corrente aumenta quando animais, por desequilíbrios ambientais, deixam seus ambientes e passam a viver em áreas mais próximas de povoados ou cidades. "Com o desmatamento, animais também se deslocam, aumentando o risco de transmissão."

Para a coordenadora da Fio-cruz, a curto prazo a medida a ser adotada é reforçar a vacinação nas áreas de risco. O imunizante, embora seguro, deve ser aplicado de acordo com as recomendações de autoridades sanitárias e, em caso de pacientes com doenças que afetam o sistema imunológico, de acordo com a orientação do médico. A médio prazo, completa a bióloga, é essencial a manutenção de unidades de conservação. "Os animais têm de ter espaço para viver, evitando assim a migração para áreas próximas de centros urbanos", disse. "Animais agem como filtros de doenças."

Samarco. A Fundação Renova, criada pela Samarco para coordenar ações de reparação na área atingida pelo desastre de Mariana, não se manifestou sobre as declarações da bióloga da Fiocruz. Por meio de nota, informou estar em curso um diagnóstico sobre a biodiversidade na região. "Todas as informações que tenham aderência às ações em andamento serão incorporadas pela Fundação."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor: Adriano Pires

Título: Mais economia e menos fantasia

O setor de energia foi submetido, durante os anos do PT, a uma política pública fantasiosa, em que as regras de mercado foram deixadas de lado e a tentativa de revogar a lei da oferta e da demanda era uma meta a ser alcançada. Essas fantasias acabaram trazendo inúmeras distorções, causando uma quebra geral de empresas estatais e privadas e punindo os consumidores com um tarifaço em 2015 pós-eleições. Mais: trouxeram também maus hábitos e concepções equivocadas que estão aparecendo agora, na medida em que passamos a ter um governo pró-mercado, que tenta restabelecer a transparência e a racionalidade econômica no setor. Um exemplo disso foram algumas interpretações equivocadas feitas sobre o cancelamento do leilão de reserva no final de 2016.

Os críticos acusam o governo de ter pela primeira vez deixado passar um ano sem realizar leilão de energias solar e eólica. Além do mais, esse leilão, pelo fato de ser de reserva (LER), deixaria estas energias de backup, e não as fósseis, no caso da necessidade de serem acionadas. O cancelamento do leilão estaria prejudicando a indústria fornecedora de bens e serviços que está sendo

construída no Brasil para atender a essas energias. Vamos aos fatos que justificam o cancelamento do leilão. Desde agosto de 2016 havia sinais de que tínhamos uma oferta de energia bem superior à demanda, o que levaria a uma necessidade técnica de contratação de baixo volume no leilão de energia de reserva. Isso é resultado de dois fatores.

Primeiro, da dura realidade econômica do País, enfrentando há alguns anos uma das piores recessões econômicas da história. Arelada a uma menor perspectiva de crescimento econômico, a entrada de oferta contratada em leilões anteriores já causava um excesso de oferta para os próximos anos. Isso gerou a revisão de carga (divulgada em 7 de dezembro) pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), exacerbando a sobreoferta no sistema.

As novas projeções indicam redução de cerca de 3.500 MW médios na carga de energia anteriormente prevista para 2019, ano de início da entrega da energia que seria comercializada no 2.º LER de 2016, o que corresponde a cerca de 1,5 vez a garantia física de uma usina do porte de Santo Antônio ou Jirau. Um segundo fator que contribuiu para a decisão de cancelamento é que o Ministério do Meio Ambiente e a EPE começaram a analisar a possibilidade de usar um mecanismo de mercado para permitir a redução de montantes contratados, com um leilão para descontratação de energia de reserva.

A ideia é utilizar esse mecanismo de mercado para descontratar projetos que ainda não entraram em operação comercial, reduzindo o volume de sobreoferta, o que beneficiaria o consumidor. Ou seja, o governo toma decisões corretas para cancelar o leilão e dar transparência ao processo neste momento de sobreoferta – ao contrário de repetir erros do governo do PT, que, por exemplo, enganava os consumidores fantasiando os preços da energia sem explicar que não estavam embutidos os custos de transmissão no momento da realização dos leilões. Outro ponto: leilão não é nem nunca será instrumento de política industrial. Além do mais, com a retomada do crescimento, o governo deverá realizar leilões A-5 em 2017. Estes, sim, demandados pelo mercado.

Devemos, sim, dar atenção especial às fontes limpas e renováveis de energia, como a biomassa, a solar, a eólica e as hidrelétricas. Entretanto, não podemos vender a fantasia aos brasileiros de que a solução da oferta de energia se dará exclusivamente por meio dessas energias e deixar de lado os critérios econômicos, que, quando abandonados, afastam investidores de qualidade e acabam penalizando o consumidor e o contribuinte brasileiro. Acerta o governo ao respeitar as regras de mercado e deixar de iludir a sociedade com fantasias. Não pode ceder. A conferir.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Renée Pereira****Título: Renova fecha acordo de venda de parques eólicos**

Proposta. Contrato envolve a venda de 15 complexos na região de Caetité, na Bahia, e ainda passará pelo conselho da companhia; com a venda, empresa, que chegou a ser a maior geradora de energia eólica do País, volta ao estágio inicial, com operação de PCHs

A Renova Energia anunciou ontem que fechou um acordo com a AES Tietê para a venda do parque eólico Alto Sertão II, na Bahia. Em reunião realizada na noite de quinta-feira, os sócios controladores da empresa, formada por Cemig, Light e RR Participações, aceitaram a proposta de R\$ 650 milhões feita pelo grupo americano. A decisão ainda passará pelo Conselho de Administração da companhia, que possivelmente ocorrerá na semana que vem. Em nota enviada ao mercado na madrugada de ontem, a Renova afirma que a conclusão do negócio ainda está sujeita a alguns termos negociados e discutidos entre as partes.

Também precisa ter o aval do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), acionista com 7,74% de participação na empresa, e dos minoritários. Mas, segundo uma fonte próxima da companhia, faltam apenas detalhes burocráticos e algumas formalidades para, de fato, concluir a transação. O negócio envolve a compra das ações da Renova Eólica Participações, empresa que controla 15 parques eólicos na região de Caetité, no interior da Bahia. Juntos eles têm capacidade de 386 MW. Com a venda, a companhia – que já foi a maior geradora de energia eólica do País – ficará com poucos empreendimentos em operação. Na verdade, ela praticamente volta ao estágio inicial quando foi criada por Ricardo Delneri e Renato Amaral, em 2001 – empresários que dão nome a RR Participações.

Em 2011, a Cemig – por meio da Light – comprou 50% do bloco de controle da Renova. Sem o Alto Sertão II, a empresa ficará com cerca de 230 MW de energia em operação de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e a participação de 11% que mantém na TerraForm, controlada da americana SunEdison – que comprou o parque eólico Alto Sertão I. A ideia inicial de reestruturação da empresa era exatamente a oposta: preservar os ativos eólicos e se desfazer das PCHs. Mas a crise exigiu mudança de planos.

Novos projetos. O ponto positivo da empresa é o portfólio de empreendimentos, em estudo ou em andamento. Para os próximos anos, há uma série de projetos eólicos que devem entrar em operação. Parte do dinheiro

da venda dos ativos para a AES, por exemplo, será usada para concluir o empreendimento Alto Sertão III - Fase A. O projeto, de 400 MW, está com 90% das obras concluídas e deverá entrar em operação em agosto.

A fase B do empreendimento terá capacidade de 300 MW, mas que possivelmente ficará para 2019. Na carteira da empresa, há ainda 355 MW contratados em leilão a ser construídos em Umburanas, na Bahia. Pelo cronograma original, o projeto teria de entrar em operação em 2018. Dívida. Outra parte do dinheiro da venda de Alto Sertão II deverá reduzir a alavancagem da empresa, cuja dívida soma algo em torno de R\$ 1,6 bilhão. A crise na Renova começou com uma frustrada parceria com a SunEdison. Em junho de 2015, a empresa vendeu 14 parques eólicos para o grupo americano, por cerca de R\$ 1,6 bilhão. Desse valor, cerca de R\$ 500 milhões entraram na caixa da empresa em dinheiro, e o pagamento restante foi em ações.

Com dificuldades nos Estados Unidos, os papéis da SunEdison despencaram e a Renova teve de contabilizar as perdas e fazer uma ampla reestruturação. Considerada uma das precursoras no setor de energia eólica, a companhia teve de enxugar sua estrutura e cortar despesas. Para equalizar as contas, renegociou e cancelou contratos com os sócios. Em meados do ano passado, por exemplo, ela entrou em acordo com a Cemig para encerrar a venda de quase 700 MW de energia de um parque eólico que entraria em operação em 1º de janeiro de 2019. Além disso, os sócios tiveram de aportar mais de R\$ 700 milhões para que a empresa continuasse de pé. A venda de ativos agora deve dar novo fôlego para empresa superar os próximos desafios.

MME / ASCOM